

Poder, saber e práticas sociais

Marisa Faermann Eizirik

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a problematização sobre saber e poder realizada por Michel Foucault, que abriu novos caminhos para o pensamento, preocupado com a questão já proposta por Kant há duzentos anos: quem somos nós na atualidade? Ao descortinar as íntimas relações deste binômio – saber e poder – e as práticas sociais de que se revestem e produzem, extraiu teses fundamentais e revolucionárias, ao mostrar como estes operam juntos, como matrizes de razão prática, constituindo-se em poderosos dispositivos de produção de subjetividade. Seus estudos impulsionam a investigar e a combater todas as verdades prontas e acabadas, todas as formas de opressão, dos discursos às práticas, às teorias totalizantes, às tecnologias produtoras de subjetividade.

Palavras-chave: Poder; saber; subjetividade; práticas sociais.

ABSTRACT

Power, knowledge and social practices

This article aims to present Michel Foucault's problematization about power and knowledge, whose studies opened new ways of thinking, since he worries about the question proposed by Kant, two hundred years ago: who are we in the actuality? When he enters in the intimate relations between knowledge and power, and the social practices they produce, he develops revolutionary and fundamental thesis, showing how they perform together, as practical reason matrix, making themselves powerful dispositions in production of subjectivity. His studies move to investigate and fight against all finally truths, all forms of oppression, from discourses to practices, from total theories to technologies producing subjectivity.

Key words: Power; knowledge; subjectivity; social practices.

INTRODUÇÃO

Passados 20 anos de sua morte, Michel Foucault segue sendo um pensador que marcou, e marca ainda, profundamente, nossa visão de mundo, nosso olhar com relação à loucura, à exclusão, ao poder e aos modos de subjetivação.

O diálogo com ele continua, pois que é um pensador do presente, preocupado com a questão já proposta por Kant há 200 anos: quem somos nós na atualidade? (Kriegel, 2004). A ele devemos a abertura de novos caminhos do pensamento, sobre o saber, o poder e a ética. Suas teses sobre o saber e o poder produziram deslocamentos e rupturas nas formas de compreendê-los, e constituem o foco do presente trabalho.

O objetivo deste artigo é apresentar a problematização do campo estratégico que articula saber e poder na obra de Michel Foucault que descortinou as íntimas relações deste binômio e as práticas sociais de que se revestem. Daí extraiu teses fundamentais e

revolucionárias, entre as quais vale destacar uma: as instituições produzem, constroem e alimentam sistemas definidos de saberes.

Michel Foucault nasceu em 1926, em Poitiers (França). Lecionou nas Universidades de Clermont-Ferrand e Vincennes, entremeando com períodos em que foi adido cultural em Uppsala (Suécia) e Varsóvia (Polônia). Em 1970, ingressou no Collège de France, ocupando a cadeira de História dos Sistemas de Pensamento. Foi um dos mais importantes pensadores contemporâneos e, talvez, um dos mais influentes filósofos franceses do século passado, com uma obra que transita por várias áreas: Filosofia, História, Psicologia, Medicina, Estudos de Gênero, Crítica Literária, Direito. Morreu em 1984, em Paris.

Considerava três os elementos fundamentais de toda a experiência: “um jogo de verdade, as relações de poder e as formas de relação consigo e com os outros”. Ao seu ver, uma história do pensamento, e o trabalho específico do pensamento, se articula em torno

das problematizações, ou seja, o que tornou possível determinadas atitudes e práticas? “O pensamento é liberdade em relação ao que se faz, ao movimento pelo qual nos soltamos, constituindo-o como objeto e refletindo-o como problema” (Foucault, 1994, p. 591). Como um saber pode se constituir? Como e por que pensamos uma coisa e não outra?

O debate teórico dominante à época da formação deste autor, no início dos anos 50, girava em torno de Hegel e da fenomenologia: um hegelianismo fortemente penetrado de fenomenologia e de existencialismo, centrado no tema da consciência sofredora. Nietzsche, Blanchot e Bataille são os autores que o inspiram e fundamentam a buscar qualquer coisa diferente do existencialismo e da fenomenologia. Questionava a categoria do sujeito, sua supremacia, sua função fundadora.

De acordo com Raulet (1983, P. 195) ao se colocar no interior de uma tradição da filosofia francesa do conhecimento, da racionalidade, do conceito, ligada à história, à filosofia da ciência, à biologia articulada por Cavaillès, Koyré, Bachelard e Canguillem, Foucault realiza um deslocamento, das ciências da vida, da matemática, da epistemologia, aos saberes e às ciências humanas. Ao realizar uma ruptura deveras singular mostra claramente a divisão existente, depois da Segunda Guerra Mundial, desta corrente com a filosofia da experiência, a filosofia do significado, amalgamadas à fenomenologia existencial de Sartre e Merleau-Ponty.

Importa saber, comenta Eizirik (2002), que na França, na década de 60, Sartre pontificava como o mais famoso intelectual, e um pensador cujos estudos abrangiam uma ampla variedade de assuntos. Sua famosa frase: “a existência precede a essência” estabelecia a idéia de que a essência, ou o sentido das coisas, não era predeterminado por nenhuma força externa. Ao contrário, o sentido era construído por cada um.

Foucault trabalhou na desconstrução dessa afirmação, bem como na noção de liberdade existencial de Sartre, que partindo da idéia da não existência da predeterminação do sentido, cada pessoa seria livre para criar o seu, através de suas próprias ações e escolhas. Muitos criticavam a idéia da liberdade individual do existencialismo de Sartre, tornando-se uma verdadeira polêmica na França, com a atuação apaixonada dos intelectuais e o desenvolvimento de várias correntes e movimentos.

A obra de Foucault se constrói nesse “caldo cultural”, nas discussões e alianças que se dão entre psicanálise, fenomenologia, marxismo e estruturalismo. Buscou fugir do dogmatismo, pois para ele o desafio estava no processo de desenvolver uma posição e não unicamente em defendê-la. Não aceitava ser rotulado

dentro de uma corrente, colocando-se como refratário a qualquer forma de síntese. Não criou uma doutrina, nem aceitava a vulgarização de suas idéias. Julgava-se no direito de questionar o presente, e habitá-lo, com invenções jamais programadas, construídas e reconstruídas, assumindo os riscos de suas escolhas.

Historiador, ou filósofo? Utiliza técnicas da história, porém a inventa, a revoluciona, como bem salienta Veyne (1998). Realiza uma prática filosófica que não se reconhecia dentro da filosofia universitária, seria uma filosofia em ato. Inventa seu objeto de estudo e o método para persegui-lo. Foi um professor, um pensador, um “maître a penser”. Seus materiais preferidos são os textos. O que lhe interessa não é contar a evolução de uma prática ou de um pensamento, mas sim, o descrever o campo cultural no qual um novo saber se instaura.

O SABER E O PODER: PERCURSO METODOLÓGICO

Arqueologia do saber

Foucault usava a palavra “arqueologia”, ao invés de “história”, para designar um tipo de análise que estava fazendo, desde o início dos anos 60, em que se preocupava com a dissincronia entre uma idéia e a constituição dessa idéia em objeto de conhecimento. A arqueologia se funda na prática histórica; é um método forjado pragmaticamente para lidar com problemas específicos colocados pela história do pensamento.

O método se origina primariamente das lutas concretas para a compreensão histórica. Foucault rejeitava o objetivo fundamental da verdade última e construiu um instrumento para realizar objetivos concretos e locais na luta pela liberação humana. Seu objetivo era a problematização do conjunto das práticas que faz qualquer coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso, ou seja, trabalhava com o discurso erudito (teórico) e o saber desqualificado, aquele conhecimento que fazia parte do cotidiano, da pessoa comum.

A arqueologia é uma técnica para revelar como as diversas disciplinas desenvolveram normas de validade e de objetividade, “é como um cuidadoso escrutínio das exigências epistêmicas de uma disciplina, não como um instrumento prévio para rejeitar essas exigências” (Gutting, 1993, p. xi).

Não se trata de uma história, mas da reconstituição de um campo histórico, jogando com diferentes dimensões (filosóficas, econômicas, científicas, políticas, estéticas) a fim de obter as condições de emergências dos discursos de uma determinada época.

Para este autor a arqueologia é a análise do conjunto de performances verbais, ao nível dos enunciados e da forma de positivities de um discurso. O que

ele chama de arquivo é o conjunto das práticas discursivas, que constituem sistemas instauradores de enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e de coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização).

A arqueologia do saber marca um estágio importante na obra de Foucault; nela, o autor descreve de forma conceitual a formação dos saberes – sejam eles científicos ou não – buscando estabelecer as condições de sua existência – e não de validade – considerando a *verdade* como uma produção histórica, cuja análise remete às suas regras de aparecimento, organização e transformação ao nível do saber. A arqueologia pretende dar conta da regularidade intrínseca dos saberes, estabelecer compatibilidades e incompatibilidades e individualizar formações discursivas.

Para este autor, a episteme é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas ao nível das regularidades discursivas, compreendendo formações discursivas como fragmentos de discursos e fragmentos de uma realidade da qual estes fazem parte. Anuncia, assim, a episteme como um campo de possibilidades históricas de um saber.

Tomemos um atalho para visualizar de forma mais concreta esses conceitos. Foucault focalizava ao longo de seu trabalho um mecanismo central das ciências sociais: a categorização das pessoas em normal e anormal. Seus livros estudaram as diferentes formas de anormalidade: a loucura, a criminalidade e a doença (Foucault, 1987b; 1980; 1994). Analisando uma ampla documentação histórica o autor desafia as simplificações das separações correntes entre essas duas categorias, mostrando que elas variaram amplamente no tempo – comportamentos glorificados numa época eram banidos em outra. As sociedades, as relações entre poder e saber e as ciências humanas definiram, cuidadosamente, desde o século XVIII, as diferenças entre normal e anormal e usaram essas definições para regular o comportamento das pessoas.

Nossa sociedade, de forma crescente, encarcerou, excluiu e escondeu pessoas anormais, enquanto mais do que nunca as observava, examinava e questionava cuidadosamente.

Nos tempos antigos o louco era aceito como parte da comunidade; as pessoas doentes eram tratadas em casa. Ninguém esperava que figuras deformadas fossem tiradas do convívio social. O estudo da anormalidade (seus pontos de separação e diferença com a normalidade) é uma das mais importantes formas em que as relações de poder se estabelecem na sociedade.

Ao mostrar os grandes dispositivos de poder e de saber que estavam embutidos na separação gradual e

crescente entre loucura e civilização, Foucault abre um campo fecundo de pesquisas em várias áreas do conhecimento – desde a política e a história, até à medicina e à psicologia.

O estudo dos saberes, suas semelhanças e continuidades, seus pontos de irrupção, vão marcar a metodologia arqueológica, que dissecou e desconstrói as dissociações entre ciência e saber, entre poder e conhecimento.

Em *As Palavras e as Coisas* Foucault (1990b) procurou construir um corpo de conhecimento moderno positivo dos seres humanos. Estudou a constituição das ciências humanas a partir do estabelecimento de uma rede conceitual de saberes que lhe servem de condição de possibilidade e de transformação. Buscando sempre a descontinuidade histórica, reafirma sua atenção às diferenças, e ao sistema que as possibilita, contra a história das idéias que tem, na busca das continuidades, uma constante.

Queria ver *como conhecemos*, como construímos categorias e como estas eram diferentes em tempos antigos. Examina, portanto, três grandes áreas de conhecimento das ciências humanas: a lingüística, a biologia e a economia – o modo como foram organizadas antes da existência das ciências humanas, examinando o desenvolvimento dos campos conhecidos nos séculos XVII e XVIII como gramática geral, história natural e análise das riquezas. O que marcava a mudança para o mundo moderno? A grande mudança estava na ausência do homem dentro do conhecimento científico – e sua inserção a partir daí: o homem aparece como objeto e sujeito de investigação.

A arqueologia procura estabelecer a constituição dos saberes. Privilegia inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições; respondia a *como* os saberes apareciam e se transformavam. Enquanto a arqueologia busca o *como*, sendo um método próprio à análise da discursividade local, a genealogia busca o *porque*, na medida em que “ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade” (Foucault, 1990b, pp.172).

Fortemente influenciado pelas idéias de Nietzsche, que rejeitava a noção de sujeito fundante e de verdade absoluta, Foucault trabalhou com a diversidade e a dispersão, desenvolvendo o que chamou de genealogia, concebida como um instrumento metodológico para analisar séries de ramificações, de acidentes, de erros, de rupturas, que não visam uma lógica progressiva em direção à perfeição, mas sim restituir aos acontecimentos a sua singularidade.

Encarando a intangível problemática do poder, procurando coordenar e sistematizar diferentes análises e enfoques a ela relacionados, pensava o autor que era preciso explicar o poder, tema que sempre se colo-

cava quando estava frente às experiências vividas nas sociedades contemporâneas. Perguntava-se: “como poderíamos formular um enunciado geral das relações entre a constituição de um saber e um exercício de um poder?” (Foucault, 2003, pp.34).

Genealogia do poder

O final da década de 60 foi marcado por muitas transformações, mas é possível dizer que os acontecimentos de maio de 68, na França, que se espalharam pela Europa e pelos Estados Unidos, tiveram ressonâncias que implicaram em profundas rupturas, sacudindo os anos 70 – as revoltas dos estudantes, as greves que paralisaram as fábricas, os movimentos da contracultura (*hyppies*), o início da “revolução” feminista, a luta contra o autoritarismo do Estado e das universidades. A fermentação, a complexidade e a amplitude desses acontecimentos atingiram os costumes, as artes, as diferentes formas de expressão, as ciências, as instituições, os governos.

As análises sobre esse período e suas implicações nas ordens econômica, política, social e cultural são complexas, e não podemos correr o risco de fazer simplificações redutoras.

Em relação aos estudos sobre poder, cabe salientarmos o movimento que se desencadeou, nesta época, sobre o funcionamento das prisões na França, a partir do protesto dos prisioneiros sobre suas condições em 71/72. Nesse período, Foucault, Domenach e Vidal-Naquet fundaram o GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões), que ajudava os prisioneiros com a publicação de detalhes sobre as penosas condições em que viviam (Eribon, 1990).

A primeira sistematização dos estudos sobre a prisão aparece numa publicação coletiva, coordenada por Foucault (1977) e realizada junto com seus alunos, sobre um crime ocorrido em 1835. A análise desses documentos coloca a questão da loucura: seria Pierre Rivière louco? e com isso, se faz a ponte entre os trabalhos anteriores do autor sobre a loucura e os subsequentes, com ênfase nos mecanismos sociais e institucionais do poder.

A sistematização maior se dá com o lançamento em 1975 de “Vigiar e Punir: história da violência nas prisões” que conta a história das relações entre poder e opressão, as origens da prisão e as formas de punição.

Através da genealogia, assinala os mecanismos que marcam uma ciência aplicada ao disciplinamento dos corpos, e que se desenvolve de forma abrangente para além das prisões, atingindo exércitos, escolas, hospitais, fábricas, asilos.

A palavra genealogia foi introduzida por Foucault em “Vigiar e Punir”, ao colocar o problema do poder e

do corpo, e também o exercício do poder sobre o corpo. O que é, porém, a genealogia? *A genealogia é o conjunto de pesquisas que busca redescobrir as lutas, e as memórias brutas dos combates, no acoplamento entre o saber erudito e o saber desqualificado. É a busca do saber histórico da luta* (Foucault, 1986, pp.171).

O projeto de uma genealogia do poder complementa o exercício de uma arqueologia do saber. Esta se endereça ao *porquê* – explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes, ou melhor imanente a eles, – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante – mas como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica (*memória bruta dos combates*).

Com o estudo da questão do poder, Foucault inventou um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes, como peças nas relações que constituem os dispositivos, estabelecendo uma ligação profunda e fundamental entre saber e poder. Não se trata de uma analítica geral do poder, mas do poder como uma prática social constituída historicamente.

Tanto a arqueologia como a genealogia fazem análises fragmentárias e transformáveis. Aceitam seus limites, lidam com o inacabado, parcial. Fazem desvios, reformulam, levantam alternativas e implicações.

O PODER DISCIPLINAR

Ao estudar a *ciência da disciplina*, Foucault (1988) mostra seus princípios básicos:

- a *espacialização*: um lugar para cada um e cada um em seu lugar;
- o *controle minucioso da atividade*: hora para estudar, hora para comer, hora para o recreio; tempo para produzir tal peça; hora para iniciar ou terminar uma atividade
- a *vigilância hierárquica*: uma complexa rede de autoridade e treinamento;
- a *sanção normalizadora*: a análise contínua das condições de disciplinamento e seus possíveis desvios;
- o *exame*: combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, selecionar, aprovar, reprovar.

O exame tem caráter fundamental – está no coração da disciplina – pois é ele, e através dele, como conhecimento e como poder, que se amarram e se articulam os demais componentes do poder disciplinar, na medida em que vigilância e normalização se complementam, se reforçam, se justificam.

O poder disciplinar não pune, somente; ele também recompensa. Seu objetivo é produzir corpos dóceis; corpo que se manipula, se modela, se treina e obedece; corpo cujas forças se multiplicam, se torna hábil; corpo útil.

O que há de novo nessas investigações é a apresentação do detalhamento do investimento que é feito sobre o corpo, a partir do século XVIII, com o descortinamento dos métodos e estratégias que permitem o controle minucioso das operações do corpo e que permitem sua sujeição. É o registro do nascimento de uma arte das distribuições sobre o corpo humano, de uma “anatomia política” e de uma “mecânica do poder”.

Essa arte não é nova, e nem teve uma descoberta súbita. É muito mais “uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral” (Foucault, 1988, p. 127).

Ao apresentar suas pesquisas sobre o poder, Foucault está desmontando o conceito estabelecido e aceito, no qual alguns tem o poder e outros estão substituídos dele. Defende a idéia de que o poder ocorre numa relação de forças.

É ainda em Vigiar e Punir que encontramos as grandes teses de Foucault sobre o poder, que se desenvolvem em três rubricas, como assinala Deleuze (1988, p. 79): “O poder não é essencialmente repressivo, já que incita, suscita, produz; ele se exerce, antes de se possuir (já que se possui sob uma forma determinável – classe – e determinada – Estado); passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação)”.

Ao introduzir a força como dimensão histórica da luta, do combate, no exercício das diferentes formas de relação entre sujeitos e instituições, Foucault está fazendo uma modificação metodológica e epistemológica de extrema importância. Está mostrando que o poder não é uma forma (como a forma-estado, p.ex.), que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como saber, que se estabelece entre as formas discursivas, que a força não está nunca no singular... ela está em relação com outras forças. Foucault está dizendo que a força tem como objeto outras forças... “uma ação sobre a ação dos outros, sobre ações atuais e eventuais, futuras ou presentes... é um conjunto de ações sobre ações possíveis... tendo o pressuposto inalienável da liberdade” (Foucault, 1995, pp. 243).

Liberdade compreendida como o infindável questionamento da experiência, que se dá através das ações e opções dentro de um campo de possibilidades.

O EXERCÍCIO DO PODER

Quais são as características do poder e como se exerce?

Compreendendo o poder como uma relação de forças, constituindo ações sobre ações, suas características são: incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, limitar e ampliar, tornar mais ou menos provável...”... Não existe no princípio das relações de poder e como matriz geral uma oposição binária e global entre dominadores e os dominados, refletindo-se essa dualidade de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Antes, deve-se supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte para grandes efeitos de clivagem que percorrem o conjunto do corpo social” (Foucault, 1988a, p. 12).

Como se exerce o poder? O exercício de poder aparece como um afeto, pelo seu poder de afetar outras forças e de ser por elas afetado. Articulando saberes e poderes, Foucault chega ao conceito de dispositivo.

O que é um dispositivo? Citando Deleuze (1988) o dispositivo é a máquina invisível, quase muda e cega, porém é ela que faz ver e falar. O dispositivo se mostra no encontro com o poder, no que este diz ou faz dizer, dos seus cruzamentos, da provocação de suas forças, no confronto e na resistência, na luta e no desafio, nos jogos políticos que o manipulam e nos efeitos produzidos por ele produzidos.

A filosofia de Foucault se apresenta, a partir de então, como uma análise de “dispositivos”. Trabalhando com grandes instâncias, o autor distingue sucessivamente saber, poder e chega às formas de subjetivação. Dá ênfase aos dispositivos do saber, feito de formas e do poder, constituído por forças. Esses dispositivos operam como matrizes de razão prática, ou seja, o princípio de conhecimento é o princípio de ação.

Ao desenvolver estas idéias, o autor mostra como esses dispositivos se constituem em tecnologias que, como matrizes de razão prática, se dividem em quatro tipos principais:

1. *tecnologias de produção* que nos permitem produzir, transformar ou manipular coisas;
2. *tecnologias de sistemas de sinais*, que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significações – trabalha com jogos de linguagem.
3. *tecnologias de poder*, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de fins ou dominação, e consistem em uma objetivação do sujeito;

4. *tecnologias de si*, que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmo, com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria.

Estas quatro tecnologias funcionam de forma interligada, mesmo que cada uma delas esteja associada com algum tipo particular de dominação. Não é difícil observar o impacto dessas tecnologias sobre os modos de subjetivação, na medida em que olhamos para as instituições, em suas múltiplas formas, e as práticas sociais daí decorrentes.

Na escola, por exemplo, identificamos: um lugar para cada pessoa, cada papel, cada função: o professor, o aluno, a direção, com os respectivos sinais e instrumentos de poder: avaliação, controles, regras, normas, estratégias (Eizirik, M. e Comerlato, D., 2005).

Se lançamos um olhar para outras instituições, também podemos ver o controle das atividades, dos corpos, dos tempos, dos resultados, dos ditos e dos não ditos, dos possíveis e dos impossíveis, com dispositivos determinando possibilidades, e interditos.

Para além das instituições, ou mesmo através delas, encontramos dispositivos regendo relações entre pessoas, atitudes, comportamentos, e também de si para consigo. Encontramos aí, também, ressonâncias e a implicações dessas diferentes “tecnologias”.

A evolução dessa investigação conduz Foucault aos estudos sobre a ética, ou seja, como o saber e o poder contribuem para a compreensão da constituição do sujeito contemporâneo. Como um processo sempre provisório, “a subjetividade é a relação consigo, que se estabelece através de uma série de procedimentos que são propostos e prescritos aos indivíduos, em todas as civilizações, para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la, em função de um certo número de fins” (Eizirik, 1997).

CONCLUSÃO

Por que razão podemos convocar Foucault para esse tempo? Por que considerar um ‘efeito’ Foucault? Porque ele é co-presente e coextensivo aos efeitos que produz, inseparável mesmo. Conhecido, especialmente, por suas teses sobre o poder, encontramos alguns conceitos seus por toda a parte, atravessando os campos da política, da filosofia, da história, da educação, da psicologia, da medicina, da sociologia, dos estudos de gênero, do direito. Popular e ao mesmo tempo denso, curioso privilégio deste autor que constituiu um verdadeiro reservatório teórico/metodológico e que

continua, ainda hoje, produzindo efeitos em seus leitores, como uma corrente elétrica que impulsiona a perguntar, a problematizar, a investigar, a combater todas as verdades prontas e acabadas, todas as formas de opressão – dos discursos às práticas, às teorias totalizantes, às tecnologias produtoras de subjetividade.

Foucault designa não apenas um sujeito, mas um efeito, um *zigzag*, qualquer coisa que se passa como um foco luminoso, um choque elétrico, nos encontros que produz, nos impactos que provoca.

Retomando as considerações feitas até aqui e relacionando com os objetivos do presente trabalho, foi possível abordar as contribuições de Foucault aos estudos sobre a constituição de um saber e o exercício do poder, e de como estes são instrumentos de práticas sociais.

Como sistematização, podemos destacar:

- a minuciosa e detalhada investigação que fez sobre as formas de saber e as forças que constituem o poder, e que atuam articuladas, formando uma malha fina, microfísica, que percorre todo o tecido social. Para dar conta dessa articulação, inventa o conceito de dispositivo.
- a operação de desmonte e deslocamento que operou sobre o conceito de poder, ao afirmar que ele não é detido por alguns e despossuídos por outros, e nem atua somente como uma força que diz “não”; ao contrário, produz saber, gera discursos e práticas, constitui formas de subjetivação.
- o descortinamento de uma “analítica do poder” que apresentou, ao mostrar a organização histórica da mecânica do poder, seus pontos de ruptura, suas transformações históricas, cartografando as formas de constituição do sujeito contemporâneo.
- a demonstração de um pensamento em permanente evolução que mostrou, ao passar por diferentes movimentos, sempre conduzido pela curiosidade, pela vontade de saber – não apenas sobre o saber e o poder, mas sobretudo pelas relações entre sujeito e verdade.
- os avanços teóricos que provocou estiveram sempre profundamente ancorados em práticas sociais, e nas lutas que atravessam essas práticas, nos diversos âmbitos institucionais.

Não podemos dizer que vivemos hoje o poder disciplinar tal e qual Foucault o descreveu, com rigor e minúcia, a respeito das instituições e das formas com que coloriram o panorama dos séculos XVIII, XIX e XX, uma vez que já ingressamos no século XXI, mas será que não nos reconhecemos em muitas das nuances

desse poderoso motor de formas de pensar e de agir e, assim, de produzir modos de subjetivação? Até que ponto as articulações entre saber e poder não seguem constituindo formas e produzindo efeitos, como práticas sociais?

REFERÊNCIAS

- Deleuze, G. (1988). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Eizirik, M. F. (1997). Ética e cuidado de si: Movimentos da subjetividade. *Educação, Subjetividade & Poder*, 4, 36-43.
- Eizirik, M. F. (2002). *Michel Foucault, um pensador do presente*, (2ª ed.). Ijuí: Injuí.
- Eizirik, M. Comerlato, D. (2005). *A escola (in)visível: jogos de poder, saber, verdade*, (2ª ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Eribon, D. (1990). *Foucault, uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Foucault, M. (1977). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1980). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1986). *Microfísica do poder* (Org. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987 a). *La arqueología del saber*. México: Siglo Veintiuno.
- Foucault, M. (1987b). *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1988). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1988). El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, 2, 3, 3-20.
- Foucault, M. (1990). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1994). *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Foucault, M. (1994). Polémiques, politique et problématisations. In Foucault, M. *Dits et Écrits* (pp. 591-598). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: P. Rabinow & H. Dreyfus. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*, (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003). El discurso sobre el poder In: G. Kaminsky. *El yo minimalista. Conversaciones con Michel Foucault*. Buenos Aires: La Marca Editora.
- Gutting, G. (1993). *Michel Foucault's archeology of scientific reason*. USA: Cambridge University Press.
- Kriegel, B. (2004). *Michel Foucault aujourd'hui*. Paris: Plon.
- Raulet, G. (1983). Structuralism and post-structuralism: an interview with Michel Foucault. *Telos*, 55, 195-210.
- Veyne, P. (1998). *Foucault revoluciona a História*. Brasília: UNB.

Recebido em: 06/06/2005. Aceito em: 21/12/05.

Autora:

Marisa Faermann Eizirik – Psicóloga. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Endereço para correspondência:

MARISA FAERMANN EIZIRIK
Rua Visconde do Rio Branco, 708
CEP 90220-230, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: (51-55)3222-1871 – Fax: (51-55)3222-0840
E-mail: meizirik.ez@terra.com.br